

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS DO ESTADO DO PARÁ

OS CAMINHOS PARA O BEM VIVER: DEMANDAS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS COSTEIRAS E MARINHAS DO ESTADO DO PARÁ (2023-2025)

Organizadores

Associação dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Estado do Pará – AUREMS



AUREMAC
Associação dos Usuários
da RESEX Marinha
CUINARANA



AUREM - C-MT
ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS
DA RESEX MARINHA
CHOCARÉ - MATO GROSSO



Comissão responsável (em ordem alfabética)

Alessandra Terezinha dos Santos
Joel Aviz de Jesus
José Carlos Tavares da Silva
Laércio de Sousa Amoras
Milton Silva dos Santos
Patrícia Farias Ribeiro
Renilde Piedade da Silva
Sandra Regina Pereira Gonçalves

Editores (em ordem alfabética)

Aline Lima Pinheiro Machado
Bruna Maria Lima Martins
Handerson Marques Palheta
João Ulisses Barata da Silva
José Becerra Ruiz
Liliane Amanda Oliveira das Dores
Luís Deixa Joaquim
Kátia Regina A. Barros
Milton Silva dos Santos
Marcella Cristina Ever de Almeida
Márcia Aparecida da Silva Pimentel
Patrick Heleno dos Santos Passos
Roberta de Fátima Rodrigues Coelho
Rubens Ramos Dias
Sandra Regina Pereira Gonçalves
Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro
Tatiana Rocha de Azevedo

Conselho Editorial Instituto Mamirauá

Dávila Suelen Souza Corrêa
Emiliano Esterici Ramalho
João Valsecchi do Amaral
Joyce Rocha de Sousa

Agradecimentos as instituições (em ordem alfabética)

ASSOCIAÇÃO RARE DO BRASIL

COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESEX
MARINHAS - CONFREM

GRUPO DE ESTUDOS PAISAGEM E PLANEJAMENTO AMBIENTAL -
GEPPAM - UFPA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE - ICMBIO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PARÁ - IFPA CAMPUS CASTANHAL

INSTITUTO INTERNACIONAL ARAYARA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMIENTOS AGROALIMENTARES -
PPDRGEA - IFPA CAMPUS CASTANHAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
E DA PESCA - SEDAP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

WWF - Brasil

Agradecimentos aos representantes

Resex Baía de Tubarão/MA
Resex Cururupu/MA
Resex Arapiranga – Tromai/MA
Resex Tauá Mirim/MA
Pró-Resex Viriandeua e Filhos do Manguê/PA
Aos representantes da Colônia de Pesca CPZ-03
Oiapoque - AP

Revisores

Márcia Aparecida da Silva Pimentel
Patrick Heleno dos Santos Passos
Tatiana Rocha de Azevedo

Mapa

Carolina da Silva Gonçalves

Projeto gráfico e capa

Tatiana Rocha de Azevedo

Fotografias

Antônia Nayane Muniz
Mauro Fernandes

Contatos

Sandra Regina Pereira Gonçalves
E-mail: sandramarisqueira@gmail.com
Contato: 55+ (91) 9 9370 5507

José Carlos Tavares da Silva
E-mail: josecarlost10@gmail.com
Contato: 55+ (91) 9 8524 8438

Os caminhos para o bem viver: demandas das reservas extrativistas costeiras e marinhas do estado do Pará (2023-2025). / Associação dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Estado do Pará – AUREMs (Organização). - Belém: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2023.

49p., il., color.

ISBN: 978-65-86933-20-8 (Livro digital)

ISBN: 978-65-86933-21-5 (Livro impresso)

1. Áreas protegidas - Amazônia. 2. Unidades de conservação – Populações tradicionais. 3. Reservas Extrativistas Marinhas - Pará.

CDD 333.72

Ficha catalográfica: Graciete Rolim (Bibliotecária CRB-11/1179)

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução.....	6
O OLHAR E O SENTIR DE QUEM VIVE E FAZ DO TERRITÓRIO A SUA VIDA	11
Mapa das ameaças sofridas pelas RESEX	14
1- QUADRO SÍNTESE: OS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS RESEX	15
2- QUADRO SÍNTESE: OS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS RESEX	16
ESTRUTURAÇÃO DAS DEMANDAS POR ENTE FEDERATIVO COMPETENTE	21
DEMANDAS DE COMPETÊNCIA FEDERAL	22
DEMANDAS DE COMPETÊNCIA ESTADUAL	34
DEMANDAS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL	37
DEMANDAS DE COMPETÊNCIAS COMUNS ENTRE UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIOS.....	38
Eixos com demandas comuns	38
ASSINATURAS	46
AGRADECIMENTOS	47

APRESENTAÇÃO



Foto: Antônia Nayane, 2023.

O nosso documento nasce da vontade de ser, de existir e viver livre, em todos os lugares, sendo reconhecidos como pessoas. Sabemos que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Além disso, todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Com base na soberania popular, manifestamo-nos que não será feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica do país ou território a que pertença uma pessoa. Sabemos que temos direito à liberdade de opinião e expressão, este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. Compreendemos que todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, através da aplicação dos recursos de cada Estado, a efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Nesse sentido, buscamos nos preceitos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus artigos 5º, inciso IV e o art. 220 que tratam sobre a liberdade de manifestação do pensamento é que fundamentamos os nossos pleitos e qualificamos através da formulação de demandas das Reservas extrativistas marinhas e costeiras do Estado do Pará, a fim de obter respostas concretas que conduzam as reparações históricas, causadas pelas diversas ausências do Estado brasileiro e dos entes federados, quer estados ou municípios, os quais possuem Unidades de Conservação Federal em seu território.

Declaração Universal dos Direitos Humanos - Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. (Fragmentos dos Artigos 6, 1, 2, 19 e 21).

INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras do Estado do Pará, nossos territórios, abrigam um dos maiores acervos de bosques de mangue contidos no ecossistema de manguezal do Brasil. Somos reconhecidos também pelo cuidado ancestral com áreas de berçários, reprodução e abrigo das mais diversas espécies contidas na natureza que utilizam as áreas de mangue para a manutenção da vida.

Os manguezais prestam serviços ambientais inequívocos e de imensa serventia em tempos de mudanças climáticas e agendas ambientais que envolvem a Amazônia. Seus amplos recursos são necessários e transversais a realidade vivida pelo seu povo.

Mesmo sendo nós, os guardiões e guardiãs do conhecimento e fonte que jorra saber há centenas de milhares de anos, atuando para a manutenção da vida com a floresta viva, não somos percebidos em nossas necessidades básicas diárias.



Foto: Antônia Nayane, 2023.



Foto: Antônia Nayane, 2023.

Nos falta o elementar: água em boas condições, energia de qualidade, escolas que interajam com o conhecimento tradicional e convertam o novo saber em fruto que deixa sabor para a nova geração. Nossa saúde, não suporta mais o descaso de não termos acesso ao atendimento básico e a desculpa que é culpa dos outros já não aceitamos mais.

Essas vulnerabilidades expressas em nossos territórios, se aprofundam em tempos de mudanças climáticas que já impactam o nosso modo de vida. Isso se soma ao avanço da maré, à poluição e ao desmatamento de nossos manguezais, fatos que nos impõem grandes desafios para articular e gerir o nosso bem comum, contido no ecossistema de manguezal.

Queremos existir para produzir e viver o melhor que a vida tem a oferecer. Os tempos são outros, e a democracia pede urgência na inclusão, no acesso, na manifestação pública e notória de diálogos frequentes que possam melhorar a vida das populações tradicionais em solo amazônico, paraense e brasileiro.

É por meio da nossa resistência e para as próximas gerações que nos unimos para depurar nossos pensamentos, qualificar nossas demandas e lutar pela efetivação dos nossos territórios tradicionais.



Fotos: Antônia Nayane, 2023.

Sobre o bem viver, unimo-nos como coletivo, somos 12 (doze) Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras do Estado do Pará, somando-se às lideranças da Pró-Resex Viriandeua - PA e Filhos do Mangue - PA, bem como às delegações de lideranças vindas do Estado do Maranhão e Amapá.



Foto: Antônia Nayane, 2023.



Foto: Antônia Nayane, 2023.

Para tanto, nos reunimos na cidade de Castanhal, situada na região Nordeste do Estado do Pará, entre os dias 28 e 30 de julho do corrente, com o propósito de coletar informações sobre as reais necessidades de cada território tradicional. Desta forma, exercemos coletivamente a confecção deste documento que resume o pensamento de um grupo que pleiteia junto ao Estado brasileiro a efetivação de direitos civis, assim como o acesso à justiça, que restaurará danos históricos.

Dessa forma, como lideranças dos nossos territórios ancestrais, fomos chamados a refletir sobre:

- **O que representa a minha Resex?**
- **O que ela tem de bom?**
- **Quais as ameaças que ela sofre?**
- **Quais os problemas enfrentados?**

Essas questões centrais e norteadoras nos ajudam a compreender o pensamento, o sentimento, o desejo e as ações que almejamos para que as mudanças ocorram.

E, por fim, lutaremos por nossos interesses sociais e pelo maior bem resguardado pela Constituição brasileira de 1988: a vida bem vivida nas Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras do Estado do Pará.



Fotos: Antônia Nayane, 2023.

O OLHAR E O SENTIR DE QUEM VIVE E FAZ DO TERRITÓRIO A SUA VIDA

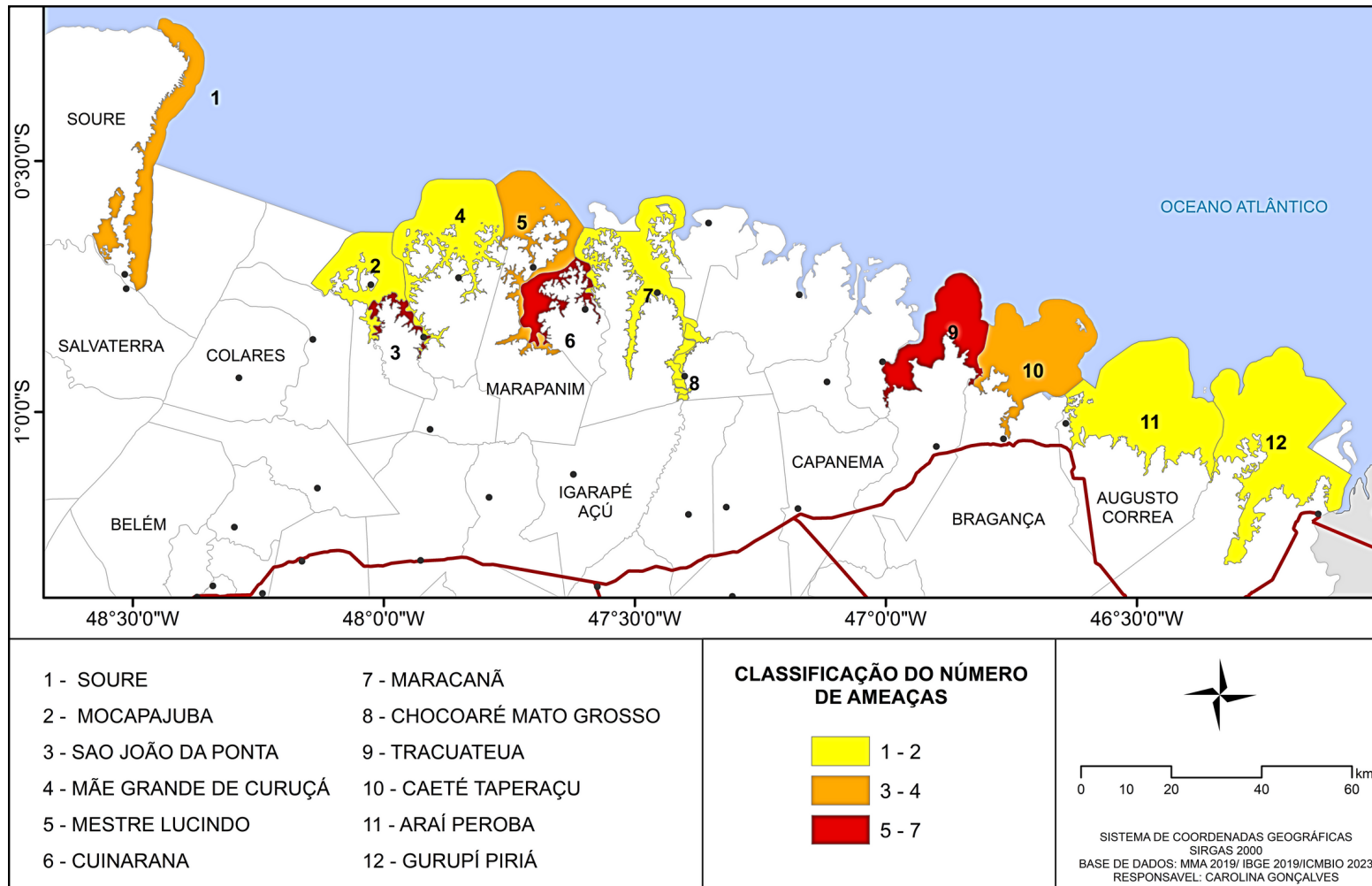
O QUE REPRESENTA A MINHA RESEX?



FONTE: Planejamento das Aurems-PA/2023

MAPA DAS AMEAÇAS SOFRIDAS PELAS RESEX

O mapa das ameaças aos territórios das RESEX foi elaborado a partir da categorização de indicadores apresentados no quadro. Na legenda, organizada em classes, foram atribuídos valores conforme o número de ameaças.



FONTE: Carolina da Silva Gonçalves, 2023.

1- QUADRO SÍNTESE: OS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS RESEX

NOME	O QUE REPRESENTA A MINHA RESEX?	O QUE ELA TEM DE BOM?
RESEX MOCAPAJUBA	Coletividade	Fatura Famílias
RESEX SÃO JOÃO DA PONTA	Resistência e força	Resistência das lideranças
RESEX SOURE	Vida e natureza	Biodiversidade e a manutenção
RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ	Levante da luta das mulheres	Valorização das referências ancestrais
RESEX MARACANÃ	Garantia do território	Preservação do território e dos recursos
RESEX CHOÇOARÉ-MATO GROSSO	Representatividade	Preservação do território e dos recursos Cultura local
RESEX CUINARANA	Cuidar e zelar	Recursos naturais e subsistência
RESEX CAETÉ-TAPERACU	Futuro	Vida e qualidade
RESEX ARAÍ-PEROBA	Sustentabilidade	Sociobiodiversidade do maretório
		Identidade pelo território
RESEX TRACUATEUA	Mangue	Extrativismo e tradições culturais
RESEX MESTRE LUCINDO	Preservar	Manguezal, rios de reprodução
PRO RESEX PARAENSES		
PRO-RESEX VIRIANDEUA E FILHOS DO MANGUE	União dos povos e manutenção dos povos originários	Riquezas naturais, diversidades de pescados e floresta
RESEX DO MARANHÃO		
RESEX CURURUPU	Pesca	Abundância de pescados O jeito de viver Organização da Cooperativa
RESEX ARAPIRANGA-TROMAÍ	Sustentabilidade Pesca	Beleza cênica A maré
RESEX TAUÁ MIRIM	Biodiversidade	Recursos naturais, pessoas e território

FONTE: Planejamento das Aurems-PA/2023

2-QUADRO SÍNTESE: OS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS RESEX

NOME	QUAIS AS AMEAÇAS QUE ELA SOFRE?	QUAIS OS PROBLEMAS ENFRENTADOS?	CATEGORIA
RESEX MOCAPAJUBA	<p>Pesca com apetrechos irregulares, como rede com duas panagens e apoiada e prática do fiapo para tirar o caranguejo.</p>	<p>Falta de fiscalização da área dos Manguezais.</p> <p>Dificuldade com a comunicação, o repasse e coleta de informações das comunidades pela falta de transporte e de recursos.</p> <p>Falta do CCDRU.</p>	<p>Gestão Pesqueira e Ambiental</p> <p>Infraestrutura Comunicação/ Informação</p> <p>Organização / Gestão</p>
RESEX SÃO JOÃO DA PONTA	<p>Pesca com apetrechos irregulares, tais como a prática do fiapo ou farrapo e tapa.</p> <p>Prática da retirada de filhotes de papagaio, onde derrubam a árvore da siriubeira.</p> <p>Ameaça contra as lideranças das comunidades que denunciam as situações, muitos problemas relacionais entre os extrativistas e as lideranças locais.</p> <p>Problemas quanto a fiscalização. Falta de educação ambiental.</p> <p>População com receio da figura do ICMBIO e assim não participam das reuniões, ou seja, é preciso trabalhar para minimizar a postura punitiva e pouco educativa do ICMBIO.</p>	<p>Desafio para renovar o conselho deliberativo.</p> <p>Desafio em reunir com a comunidade.</p> <p>Desafio de fazer o Plano da Manejo da reserva.</p> <p>Desafio da concordância do que é considerado beneficiário, pois divergem das interpretações do ICMBIO e do INCRA.</p>	<p>Gestão Pesqueira e Ambiental</p> <p>Infraestrutura Comunicação/ Informação</p> <p>Desmatamento</p> <p>Organização/Gestão</p>

FONTE: Planejamento das Aurems-PA/2023

NOME	QUAIS AS AMEAÇAS QUE ELA SOFRE?	QUAIS OS PROBLEMAS ENFRENTADOS?	CATEGORIA
RESEX SOURE	<p>Implantação do poço de petróleo na Bacia Amazônica e se isso ocorrer poderá danificar o manguezal.</p> <p>Fazendeiros e latifundiários nas áreas circunvizinhas.</p> <p>A pesca ilegal.</p>	<p>Falta de fiscalização.</p> <p>Não cumprimento dos acordos de pesca.</p> <p>Falta de políticas públicas para ter acesso aos itens tais como: EPIS, repelentes (muitos ainda não sabem ou não tem outra alternativa de uso contra o óleo diesel).</p>	<p>Gestão Pesqueira e Ambiental</p> <p>Infraestrutura Empreendimentos</p> <p>Organização/Gestão</p>
RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ	<p>Os megaempreendimentos, como portos, entre outros.</p> <p>Nos processos de audiências públicas os responsáveis induzem os comunitários a concordar com a implantação dos projetos nos territórios.</p>	<p>Pesca com apetrechos irregulares, que vão contra a legislação, como a pesca do camarão com malha 18 ou 20, e as formas de captura do caranguejo como o farrapo e o tapa.</p> <p>Inchaço das cidades e conseqüentemente, avanço nas áreas peri-urbanas e do território da RESEX.</p> <p>Descarte inadequado de lixo, em especial do turismo nas áreas.</p>	<p>Gestão Pesqueira e Ambiental</p> <p>Empreendimentos</p> <p>Organização/Gestão</p>
RESEX MARACANÃ	<p>As ameaças pelos grandes empreendimentos como hotéis.</p> <p>O turismo em massa nas áreas das RESEX.</p>	<p>Falta de infraestrutura. Não tem trapiche em muitas comunidades, para desembarcar carga e pessoas.</p> <p>Não tem ambulâncias e ambulanchas, e muitas pessoas morrem por falta de agilidade no atendimento.</p> <p>Falta de união entre associação, ICMBIO, e conselho deliberativo. O ICMBIO por vezes atropela os processos e desconsidera a existência das lideranças.</p> <p>Falta capacitação para os conselheiros exercerem suas funções.</p>	<p>Infraestrutura Comunicação/</p> <p>Informação Empreendimentos</p> <p>Organização/Gestão</p>

FONTE: Planejamento das Aurems-PA/2023

NOME	QUAIS AS AMEAÇAS QUE ELA SOFRE?	QUAIS OS PROBLEMAS ENFRENTADOS?	CATEGORIA
RESEX CHOÇOARÉ-MATO GROSSO	<p>Manuseio incorreto dos recursos da Resex.</p> <p>Interesses político partidários junto às comunidades.</p>	<p>Falta de fiscalização.</p> <p>Dificuldades com o formato de denúncias, onde atualmente está focado no sistema, o qual expõe muito o denunciante e que demora bastante para ser dado alguma resposta.</p> <p>Muitos usuários por falta de conhecimento são enganados por terceiros e não conseguem ser ressarcidos ou para buscar ajuda, essa demanda fica centralizada nas associações.</p> <p>Falta de recursos para associação acessar as comunidades.</p>	<p>Gestão Pesqueira e Ambiental</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Comunicação/ Informação</p> <p>Organização/Gestão</p>
RESEX CUIRARANA	<p>Queimadas, desmatamento, poluição, pesca predatória, uso do timbó e barragem dos rios e igarapés.</p>	<p>Conflitos por falta de conhecimento quanto às regras para bom uso e a falta de conhecimento quanto a boas práticas de manejo.</p>	<p>Gestão Pesqueira e Ambiental</p> <p>Comunicação/ Informação</p> <p>Empreendimentos</p> <p>Desmatamento</p>
RESEX TAUÁ MIRIM	<p>Ameaças pelos grandes empreendimentos como: Portos e navegação.</p>	<p>Existe um monopólio da comunicação e segregação de informação.</p> <p>Dificuldades em relação à educação e formação política.</p>	<p>Comunicação/ informação</p> <p>Empreendimentos</p> <p>Organização/gestão</p>
RESEX CAETÉ TAPERACU	<p>Crédito carbono.</p> <p>Perfuração do petróleo.</p> <p>Gestão e cogestão entre usuários e governo (ICMBio).</p>	<p>Ameaças pelos grandes empreendimentos como o Turismo de massa.</p> <p>Fiscalização e controle na RESEX.</p> <p>Portos, fábricas de gelo nas margens do Caeté.</p> <p>Descartes de resíduos de óleo e restos apetrechos de pesca e do beneficiamento do caranguejo.</p>	<p>Gestão Pesqueira e Ambiental</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Empreendimentos</p> <p>Organização/Gestão</p>

FONTE: Planejamento das Aurems-PA/2023

NOME	QUAIS AS AMEAÇAS QUE ELA SOFRE?	QUAIS OS PROBLEMAS ENFRENTADOS?	CATEGORIA
RESEX ARAÍ PEROBA	<p>Empreendimento empresariais.</p> <p>Turismo empresarial (geleiras, construções de pousadas com invasões de áreas da RESEX e carcinicultura).</p>	<p>Pesca predatória, empreendimentos empresariais (construção de geleiras e pousadas).</p> <p>Impactos ambientais (descartes de lixo, óleo e outros), falta de fiscalização.</p>	<p>Gestão pesqueira e Ambiental</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Empreendimentos</p> <p>Organização/Gestão</p>
RESEX TRACUATEUA	<p>Ameaças internas: o desrespeito ao defeso e desmatamento.</p> <p>Ameaças externas: os latifundiários, expansão das fazendas.</p> <p>Dificuldade com as habitações pois as famílias não têm casa para morar.</p>	<p>A diretoria não atuante, pois está sobrecarregando o Presidente da RESEX.</p> <p>Falta de saneamento básico.</p> <p>Política pública mal executada nas comunidades.</p>	<p>Gestão pesqueira e Ambiental</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Empreendimentos</p> <p>Desmatamento</p> <p>Organização/Gestão</p>
RESEX MESTRE LUCINDO	<p>Queimadas, pesca predatória irregular, desmatamento.</p>	<p>Falta de apoio e descaso pelo extrativismo.</p> <p>Falta de fiscalização.</p> <p>O uso de substâncias tóxicas (drogas).</p>	<p>Gestão pesqueira e Ambiental</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Desmatamento</p> <p>Gestão pesqueira e Ambiental</p>
RESEX GURUPI-PIRIÁ	<p>Pesca predatória no litoral e dentro do território.</p> <p>Desmatamento do mangue.</p>	<p>Tráfico de drogas.</p> <p>Deficiência da segurança pública na Resex.</p> <p>Falta de organização e comercialização da produção direto ao consumidor.</p>	<p>Infraestrutura</p> <p>Desmatamento</p> <p>Organização/Gestão</p>

FONTE: Planejamento das Aurems-PA/2023

NOME	QUAIS AS AMEAÇAS QUE ELA SOFRE?	QUAIS OS PROBLEMAS ENFRENTADOS?	CATEGORIA
PRO RESEX VIRIANDEUA E FILHOS DO MANGUE	Ameaçados pelos grandes empresários ligados ao turismo de massa, obras e invasão do território da Resex.	<p>Falta do decreto das Resex, e com isso dificuldades à proteção das suas áreas, no território tradicional.</p> <p>Os órgãos fiscalizadores ICMBIO e Secretaria de meio ambiente não entram no mangue, para realmente ver o que está acontecendo. Estes órgãos muitas vezes só têm ações no papel ou na mídia e de fato não estão vivenciando as situações e tem papel mais punitivo e pouco educativo.</p> <p>Iterpa e Ideflor-Bio são órgãos que fazem gestão a passos lentos e distantes da realidade.</p> <p>Ameaças devido aos arranjos políticos danosos para os territórios.</p>	<p>Gestão Pesqueira e Ambiental</p> <p>Infraestrutura</p> <p>Empreendimentos Desmatamento</p> <p>Organização/gestão</p>
RESEX CURURUPU	<p>Falta de fiscalização.</p> <p>Rede apoiada e zangaria.</p> <p>Drogas nas comunidades, invasão de outros barcos, desmatamento.</p>	<p>Falta de fiscalização.</p> <p>Uso de apetrechos irregulares como zangaria e rede poitada.</p>	<p>Gestão pesqueira e Ambiental</p> <p>Empreendimentos</p> <p>Desmatamento</p> <p>Organização/gestão</p>
RESEX ARAPIRANGA	<p>Avanço do mar em virtude das mudanças climáticas.</p> <p>Ausência da cogestão.</p> <p>Evasão populacional.</p> <p>Pesca invasora.</p>	<p>Avanço do mar em virtude das mudanças climáticas.</p> <p>Ausência da cogestão.</p>	<p>Gestão Pesqueira e Ambiental</p> <p>Empreendimentos</p> <p>Organização/Gestão.</p>

FONTE: Planejamento das Aurems-PA/2023

ESTRUTURAÇÃO DAS DEMANDAS POR ENTE FEDERATIVO COMPETENTE

Considerando que as:

- Reservas Extrativistas foram decretadas pela União para garantir a proteção dos manguezais e dos territórios (político-administrativo, físico-ambiental, socioeconômico e cultural) das comunidades tradicionais;
- Na gestão das Reservas Extrativistas Marinhas é previsto o princípio da cogestão, neste caso, o órgão ambiental Federal (ICMBIO) e a Associação dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas (AUREM);
- As Reservas Extrativistas estão na zona costeira do Estado do Pará e os municípios em que elas se inserem, são área de abrangência da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA) de 2020 e
- Os moradores das comunidades das Reservas Extrativistas são moradores dos municípios onde elas se inserem e que como tal, devem ser atendidos por políticas públicas municipais.

Este documento direciona as demandas das comunidades das Reservas Extrativistas Marinhas para os entes Federal, Estadual e Municipal que, em sua competência jurídica, possibilitará atendê-las, conforme quadro subsequente.

DEMANDAS DE COMPETÊNCIA FEDERAL

1. EDUCAÇÃO

1.1. Implantar Unidades de Ensino Técnico Extrativista Pesqueiro na modalidade da pedagogia da alternância, com educação diferenciada e inclusiva nas comunidades das RESEXs.

1.2. Fortalecer os cursos de Formação Inicial e Continuada e de Qualificação Profissional, com destinação de vagas às comunidades extrativistas pesqueiras das RESEXs.

1.3. Efetivar a lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino.

1.4. Viabilizar cursos para as comunidades extrativistas pesqueiras, como: navegação, georreferenciamento, informática, manutenção de motor de embarcação, carpintaria naval, aquicultura e maricultura comunitária e familiar.

1.5. Aquicultura e maricultura marinha comunitária familiar.

1.6. Articular com a rede federal e estadual de ensino a implantação de cursos de nível técnico e superior para as comunidades extrativistas pesqueiras das RESEXs.

1.7. Articular com a rede federal e estadual de ensino a criação do núcleo de educação para o manguezal que será o embrião da Universidade Popular do Manguezal (UNIMANGUE).

2. SAÚDE

2.1. Fomentar a criação de farmácias vivas e aproveitamento, uso e melhoramento de produtos fitoterápicos produzidos pelas comunidades extrativistas pesqueiras, valorizando os conhecimentos tradicionais e a medicina cabocla e indígena.

2.2. Fornecer atendimento especializado para a mulher extrativista pesqueira em contexto de violência.

2.3. Implementar programa de estímulo à alimentação saudável e de prevenção a doenças ocupacionais nas comunidades extrativistas pesqueiras, incluindo campanhas de combate a práticas prejudiciais à saúde, como o uso de óleo diesel como repelente.

2.4. Disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que incluam chapéu adequado, camisa com proteção solar UV e repelente adequado às atividades da pesca.

2.5. Articular a melhora no diagnóstico e classificação de doenças causadas pelo trabalho, para assim aprimorar o banco de dados do INSS, em relação do nexos causal entre o trabalho e as doenças.

2.6. Diagnosticar as principais doenças e fazer o controle dos metais pesados nos recursos pesqueiros e nos pescadores (sangue e cabelo).

3. GÊNERO

3.1. Viabilizar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) diferenciada para mulheres extrativistas pesqueiras.

3.2. Fomentar iniciativas de geração de renda para as mulheres extrativistas pesqueiras, com destaque para a comercialização de produtos pesqueiros e artesanais.

3.3. Disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e utensílios produtivos para as mulheres agroextrativistas pesqueiras visando reduzir os riscos à segurança e à saúde.

3.4. Implantar programa interdisciplinar que esclareça as populações e fortaleça o combate a prática dos crimes sexuais, como o estupro no meio rural do estado do Pará.

4. JUVENTUDE

4.1. Desenvolver programas sociais voltados aos jovens das RESEXs, referentes à cultura popular, o esporte, o lazer, entre outros.

4.2. Viabilizar cursos de capacitação para os jovens extrativistas pesqueiros, tomando como base o modelo utilizado no Projeto Jovens Protagonistas.

4.3. Implementar Programa de Bolsas de Apoio a Jovens Estudantes das RESEXs matriculados em cursos técnicos ou superiores deslocados de sua comunidade ou município.

4.4. Apoiar projetos e ações de inclusão e fomento da produção cultural da juventude extrativista pesqueira das RESEXs.

4.5. Desenvolver programa de formação de novas lideranças para atuar na gestão dos territórios tradicionais.

5. INFRAESTRUTURA

5.1. Articular a implantação de sinal de telefonia móvel e internet nas comunidades das RESEXs.

5.2. Viabilizar o acesso à energia elétrica nas comunidades das RESEXs, permitindo o acesso a energias renováveis (solar) em locais isolados.

5.3. Viabilizar a implantação de um sistema de saneamento básico e água potável nas comunidades das RESEXs, permitindo o acesso a tecnologias alternativas (bacias de evapotranspiração, entre outras).

5.4. Implantar um programa habitacional rural para as famílias das RESEXs, respeitando as especificidades culturais e ambientais locais.

5.5. Viabilizar a implementação e melhoria da infraestrutura para o transporte aquaviário (trapiches, portos e entrepostos etc.) nas comunidades das RESEXs.

5.6. Articular a implantação de agências do Banpará e da Caixa econômica na sede dos municípios, visando facilitar o acesso à rede bancária pelas comunidades das RESEXs.

5.7. Articular programas de apoio à documentação, infraestrutura para as organizações sociais representativas das comunidades das RESEXs.

6. CULTURA, IDENTIDADE TRADICIONAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E FAMILIAR

6.1. Viabilizar cursos de capacitação e intercâmbios de Turismo de Base Comunitária para o público extrativista pesqueiro das RESEXs.

6.2. Apoiar a implantação de infraestrutura para projetos de Turismo de Base Comunitária nas RESEXs.

6.3. Apoiar a criação participativa de roteiros de Turismo de Base Comunitária nos territórios das RESEXs.

6.4. Implementar ações de valorização e fortalecimento das manifestações culturais das comunidades das RESEXs, com inclusão destas no calendário oficial do Estado.

6.5. Fomentar o turismo de pesca esportiva nas comunidades das RESEXs.

7. DIREITO DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS PESQUEIRAS

7.1. Executar ações de proteção das lideranças comunitárias extrativistas e suas famílias que sofrem ameaça de morte.

7.2. Apoiar a criação de novas Reservas Extrativistas Marinhas no litoral do Pará, nos municípios de Quatipuru, Primavera, Salinópolis e São João de Pirabas, visando garantir a permanência e manutenção do modo de vida das comunidades pesqueiras tradicionais.

7.3. Apoiar a revisão dos limites das RESEXs, visando a inclusão das áreas de praias, apicuns, encostas, entre outras, e ampliar os limites no espelho d'água, para garantir a abrangência do território da pesca artesanal.

7.4. Articular o acesso à documentação oficial (RGP, CAF) para o público extrativista pesqueiro das RESEXs.

7.5. Garantir o direito à consulta prévia, livre e informada da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, nos processos de licenciamento ambiental e implantação de empreendimentos e políticas que impactem as comunidades extrativistas pesqueiras das RESEXs.

7.6. Viabilizar cursos de formação de aquaviário POP e MAC para os jovens e mulheres das comunidades extrativistas pesqueiras das RESEXs.

7.7. Articular com os órgãos competentes a garantia dos direitos previdenciários dos pescadores e pescadoras, com reestruturação do INSS nos municípios e reconhecimento dos direitos e atribuições das diferentes entidades representativas de classe, com destaque para as AUREMs pleitearem os direitos.

7.8. Instituir o programa Julho Verde de proteção ao manguezal e ao território das Resex.

7.9. Apoio para o deslocamento e hospedagem nos diversos eventos da COP-30 que envolvam a temática das populações tradicionais, natureza e conhecimento tradicional.

7.10. Disponibilizar atendimento jurídico itinerante nas comunidades, vilarejos e praias das RESEXs.

8. GESTÃO PESQUEIRA E AMBIENTAL

8.1. Formular uma política pública de apoio e incentivo ao monitoramento participativo ou auto monitoramento ambiental e pesqueiro nas comunidades das RESEXs, garantindo sua viabilidade orçamentária de forma continuada.

8.2. Apoiar projetos socioambientais de manejo participativo de recursos pesqueiros.

8.3. Implementar o pagamento do seguro defeso aos pescadores durante o período de troca de carapaça do caranguejo-uçá (agosto, setembro e outubro), subsidiado por pesquisas científicas e pelo conhecimento tradicional das comunidades pesqueiras das RESEXs.

8.4. Apoiar a implementação de um programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) nos territórios das RESEXs.

8.5. Apoiar o fortalecimento da fiscalização nas RESEXs, especialmente a capacidade de atuação do ICMBio e IBAMA na área marinha (até 12 milhas náuticas), visando coibir a invasão dos territórios da pesca artesanal.

8.6. Apoiar a criação de um programa de reflorestamento de mangue e de mata ciliar nos territórios das RESEXs.

8.7. Mudar o atual modelo de gestão estruturado nos NGIs/ICMBIO e voltar ao modelo com gestor local em cada RESEXs, inclusive com mais servidores para atuar em cada território.

8.8. Efetivar o CCDRU e o Plano de Manejo das áreas que ainda não possuem.

8.9. Apoiar através de diárias as lideranças que atuarem em atividades coordenadas pelo ICMBIO.

8.10. Apoiar através de diárias os conselheiros deslocados para atividades do Conselho deliberativo da RESEX.

8.11. Incluir as RESEX Soure, Tracuateua, Caeté-Taperaçú, Araí-Peroba e Gurupi-Piriá no Programa de áreas protegidas da Amazônia – ARPA.

9. PRODUÇÃO EXTRATIVISTA PESQUEIRA

9.1. Apoiar a criação do selo de produtos extrativistas pesqueiros das RESEXs.

9.2. Garantir apoio a programas de renovação da frota pesqueira artesanal.

9.3. Garantir a aquisição dos produtos extrativistas pesqueiros para merenda escolar e outros órgãos públicos, através de processos de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

9.4. Garantir a publicação de editais e chamadas públicas de projetos para apoio a produção extrativista pesqueira das RESEXs.

9.5. Viabilizar a implantação de Unidades de Beneficiamento de Pescado e a capacitação para atuar (peixes, caranguejos, camarões, mariscos, etc.) as comunidades das RESEXs.

9.6. Fornecer ATER diferenciada que contemple todos os aspectos da produção, cultura e meio ambiente das comunidades extrativistas pesqueiras das RESEX.

9.7. Desenvolver programa para viabilizar a construção das cozinhas comunitárias como ponto de difusão do patrimônio gastronômico tradicional e desenvolvimento dos saberes, sabores e práticas culturais.

10. MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

10.1. Diagnosticar e mapear com as comunidades os efeitos das mudanças climáticas nos territórios tradicionais das Resex.

10.2. Desenvolver programas e ações para valorizar o manguezal e diminuir os efeitos das mudanças climáticas.

10.3. Desenvolver programa de formação das lideranças que trate sobre os riscos ambientais do petróleo na foz do Amazonas, da chegada do mercado voluntário de carbono, da energia eólica e solar nas comunidades tradicionais.

10.4. Apoiar ações de esclarecimento sobre o mercado de carbono, as suas implicações para o território, o conselho deliberativo e para a cogestão com o ICMBIO.

DEMANDAS DE COMPETÊNCIA ESTADUAL

3. GÊNERO

3.1. Fornecer atendimento especializado para a mulher extrativista pesqueira em contexto de violência.

3.2. Garantir a participação das mulheres extrativistas pesqueiras nos Conselhos, Comissões e Órgãos correlatos de representatividade no governo do Estado.

3.3. Implantar um programa de prevenção e combate à violência contra a mulher extrativistas pesqueira.

4. JUVENTUDE

4.1. Viabilizar o acesso à política cultural do governo estadual, visando a criação de espaços culturais para a comunidade e juventude extrativista pesqueira das RESEXs.

4.2. Desenvolver programa de formação de novas lideranças para atuar na gestão dos territórios tradicionais.

6. CULTURA E IDENTIDADE TRADICIONAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E FAMILIAR

6.1. Apoiar projetos e ações de geração de renda através do artesanato tradicional e outros produtos da sociobiodiversidade das comunidades extrativistas pesqueiras das RESEXs.

6.2. Criar o dia do extrativista costeiro e marinho (Projeto de Lei para ALEPA).

7. DIREITOS DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS PESQUEIRAS

7.1. Emitir o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e anular os CAR emitidos para terceiros de forma sobreposta nos territórios das RESEXs.

7.2. Articular com os órgãos competentes a emissão de documentos pessoais (Certidão de Nascimento, RG, etc.) para as comunidades extrativistas pesqueiras das RESEXs, através da promoção de mutirões de cidadania itinerantes.

8. GESTÃO PESQUEIRA E AMBIENTAL

8.1. Fortalecer os órgãos estaduais de gestão pesqueira e ambiental, especialmente a Coordenadoria da Pesca da SEDAP.

8.2. Formular a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca Artesanal.

8.3. Efetivar o Conselho Estadual de Pesca – itinerante para garantir a participação efetiva de representantes das comunidades das Resex's.

8.4. Desenvolver calendário anual para a comercialização dos produtos da pesca artesanal.

DEMANDAS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL

1. EDUCAÇÃO

1.1. Construção de creches nas RESEXs.

2. SAÚDE

1.2. Implantar Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência de Assistência Social nas comunidades das RESEXs

3. GÊNERO

3.1. Implantar creches em tempo integral nas comunidades das RESEXs.

4. JUVENTUDE

4.1. Desenvolver programa de formação de novas lideranças para atuar na gestão dos territórios tradicionais.

6. CULTURA E IDENTIDADE TRADICIONAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E FAMILIAR

6.1. Apoiar o fortalecimento, a valorização do resgate da cultura e de conhecimentos tradicionais das comunidades extrativistas.

DEMANDAS DE COMPETÊNCIAS COMUNS ENTRE UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIOS

Eixos com demandas comuns

1. EDUCAÇÃO

1.1. Efetivar a lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino.

1.2. Garantir a obrigatoriedade da inclusão da disciplina “Identidade e Cultura dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas” no currículo oficial da rede de ensino estadual de ensino - Projeto de Lei - Assembleia Legislativa do Pará - ALEPA.

1.3. Viabilizar cursos para as comunidades extrativistas pesqueiras, como navegação, georreferenciamento, informática, manutenção de motor de embarcação, carpintaria naval, aquicultura e maricultura marinha comunitária familiar, entre outros.

1.4. Articular com a rede federal e estadual de ensino a implantação de cursos de nível técnico e superior para as comunidades extrativistas pesqueiras das RESEXs.

1.5. Articular com a rede federal e estadual de ensino a criação do núcleo de educação para o manguezal que será o embrião da Universidade Popular do Manguezal (UNIMANGUE).

1.6. Viabilizar a aquisição de produtos extrativistas pesqueiros para a implementação da merenda escolar diferenciada que respeite a cultura das comunidades.

2. SAÚDE

2.1. Disponibilizar atendimento médico especializado periódico nas comunidades, vilarejos e praias das RESEXs.

2.2. Fomentar a criação de farmácias vivas e aproveitamento, uso e melhoramento de produtos fitoterápicos produzidos pelas comunidades extrativistas pesqueiras, valorizando os conhecimentos tradicionais e a medicina cabocla e indígena.

2.3. Implementar programa de estímulo à alimentação saudável e de prevenção a doenças ocupacionais nas comunidades extrativistas pesqueiras, incluindo campanhas de combate a práticas prejudiciais à saúde, como o uso de óleo diesel como repelente.

2.4. Disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que incluam chapéu adequado, camisa com proteção solar UV e repelente adequado às atividades da pesca.

2.5. Implementar o programa saúde da família nas Resex, articulado com os serviços de atenção à saúde do trabalhador.

2.6. Diagnosticar as principais doenças e fazer o controle dos metais pesados nos recursos pesqueiros e nos pescadores (sangue e cabelo).

2.7. Disponibilizar atendimento odontológico itinerante nas comunidades, vilarejos e praias das RESEXs.

3. GÊNERO

3.1. Disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e utensílios produtivos para as mulheres agroextrativistas pesqueiras visando reduzir os riscos à segurança e à saúde.

3.2. Implantar programa interdisciplinar que esclareça as populações e fortaleça o combate a prática dos crimes sexuais, como o estupro no meio rural do estado do Pará.

4. JUVENTUDE

4.1. Desenvolver programas sociais voltados aos jovens das RESEXs, referentes à cultura popular, o esporte, o lazer, entre outros.

4.2. Viabilizar cursos de capacitação para os jovens extrativistas pesqueiros, tomando como base o modelo utilizado no Projeto Jovens Protagonistas.

4.3. Implementar Programa de Bolsas de Apoio a Jovens Estudantes das RESEXs matriculados em cursos técnicos ou superiores deslocados de sua comunidade ou município.

4.4. Apoiar projetos e ações de inclusão e fomento da produção cultural da juventude extrativista pesqueira das RESEXs.

4.5. Desenvolver programa de formação de novas lideranças para atuar na gestão dos territórios tradicionais.

5. INFRAESTRUTURA

5.1. Implantar programa habitacional rural para as famílias das RESEXs, respeitando as especificidades culturais e ambientais locais.

5.2. Articular a implantação de agências do Banpará e da Caixa econômica na sede dos municípios, visando facilitar o acesso à rede bancária pelas comunidades das RESEXs.

5.3. Articular programas de apoio à documentação, infraestrutura para as organizações sociais representativas das comunidades das RESEXs.

6. CULTURA E IDENTIDADE TRADICIONAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E FAMILIAR

6.1. Apoiar a implantação de infraestrutura para projetos de Turismo de Base Comunitária nas RESEXs.

6.2. Apoiar a criação participativa de roteiros de Turismo de Base Comunitária nos territórios das RESEXs.

6.3. Implementar ações de valorização e fortalecimento das manifestações culturais das comunidades das RESEXs, com inclusão destas no calendário oficial do estado.

6.4. Implementar ações de salvaguarda para mestres e mestras da cultura popular extrativista (carpintaria, abertura de letras, medicina tradicional, carimbó, gastronomia e etc) Projeto de Lei - ALEPA.

6.5. Criar o dia do extrativista costeiro e marinho – Projeto de Lei - ALEPA.

6.6. Desenvolver feiras culturais com produtos da sociobiodiversidade e agricultura familiar, a fim de gerar renda para as comunidades.

7. DIREITOS DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS PESQUEIRAS

7.1. Executar ações de proteção das lideranças comunitárias extrativistas e suas famílias que sofrem ameaça de morte.

7.2. Apoiar a criação de novas Reservas Extrativistas Marinhas no litoral do Pará, nos municípios de Quatipuru, Primavera, Salinópolis e São João de Pirabas, visando garantir a permanência e manutenção do modo de vida das comunidades pesqueiras tradicionais.

7.3. Articular o acesso à documentação oficial (RGP, CAF) para o público extrativista pesqueiro das RESEXs.

7.4. Garantir o direito à consulta prévia, livre e informada da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, nos processos de licenciamento ambiental e implantação de empreendimentos e políticas que impactem as comunidades extrativistas pesqueiras das RESEXs;

7.5. Instituir o programa julho de verde de proteção ao manguezal e ao território das Resex.

7.6. Apoio para o deslocamento e hospedagem nos diversos eventos da COP-30 que envolvam a temática das populações tradicionais, natureza e conhecimento tradicional.

9. PRODUÇÃO EXTRATIVISTA PESQUEIRA

9.1. Garantir a aquisição dos produtos extrativistas pesqueiros para merenda escolar e outros órgãos públicos estaduais, através de processos de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

9.2. Viabilizar a implantação de Unidades de Beneficiamento de Pescado e a capacitação para atuar (peixes, caranguejos, camarões, mariscos, etc.) nas comunidades das RESEXs.

9.3. Implantar programas que garantam melhores condições de escoamento e agregação de valor à produção extrativista pesqueira, incluindo cursos de capacitação e promoção de feiras regionais mensais e feiras estaduais anuais.

10. MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

10.1. Diagnosticar e mapear com as comunidades os efeitos das mudanças climáticas nos territórios tradicionais das Resex.

10.2. Desenvolver programas e ações para valorizar o manguezal e diminuir os efeitos das mudanças climáticas.

10.3. Desenvolver programa de formação das lideranças que trate sobre os riscos ambientais do petróleo na foz do Amazonas, da chegada do mercado voluntário de carbono, da energia eólica e solar nas comunidades tradicionais.

10.4 Apoiar ações de esclarecimento sobre o mercado de carbono, as suas implicações para o território, o conselho deliberativo e para a cogestão com o ICMBIO.

Estão de acordo conjuntamente:

ENTIDADE	REPRESENTANTE
Associação dos Usuários da RESEX Mestre Lucindo (AUREMLUC)	Jenilde Pereira da Silva
Associação dos Usuários da RESEX Marinha Cuinarana (AUREMAC)	Manoel Roberto Botelho
Associação dos Usuários da RESEX São João da Ponta (AUREM MOCAJUIM)	João Batista Ataide Ferreira
Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Tracuateua (AUREMAT)	João Carlos Gomes da Silva
Associação dos Usuários da RESEX de Araí-Peroba (AUREMAP)	José Roberto Tavares da Silva
Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Gurupi- Piriá (ASSUREMAV)	Zacarias Monteiro da Silva
Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Soure (ASSUREMAS)	Paulo Cesar Jesus Torres
Associação dos Usuários da RESEX Mocapajuba (AUREMOCA)	Valter Chagas da Fonseca
Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Maracanã (AUREMAR)	Laercio de Sousa Amoras
Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú (ASSUREMACATA)	Oseas Saraiva Rocha
Associação dos Usuários da RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso (AUREMC-MG)	Antônio Valentim de Jesus Moreira
Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá(AUREMAG)	José Roberto Garcia de Moares
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM)	Sandra Regina Pereira Gonçalves

AGRADECIMENTOS AOS PARCEIROS



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá



SEDAP
Secretaria de
Desenvolvimento
Agropecuário e da Pesca



POR QUE ESTE DOCUMENTO ?

Por representar a vontade coletiva dos pescadores, pescadoras, extrativistas e marisqueiras, os quais atuam cotidianamente nos rios e bosques de florestas que compõem o ecossistema de manguezal amazônico. Homens e mulheres, sujeitos de direitos civis que se organizaram e expuseram neste ato suas reais necessidades, seu clamor por visibilidade e acesso aos mais básicos direitos fundamentais resguardados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo estes pilares basilares da Constituição da República Federativa do Brasil, como a vida bem vivida, a partir do acesso a políticas públicas organizadas pelo Estado brasileiro e direcionadas aos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

